

# AS TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO<sup>1</sup>

Gislaine dos Santos PEREIRA<sup>2</sup>

## RESUMO

O cenário que vivemos atualmente é crítico. A lógica destrutiva do capital provoca um processo avassalador, que acarreta a degradação do trabalho e da classe operária. Em meio a crises, mudanças de governo e ideológicas, o padrão de acumulação que era rígido/fordista se flexibiliza. Em consequência várias transformações ocorrem, por exemplo, com a classe operária, e com isso presenciamos uma diminuição brusca do proletariado industrial, e em contrapartida o incremento de um novo proletariado: terceirizado, subcontratado, precarizado. Isto vem acontecendo mundialmente, e transforma quantitativamente a exclusão no 1º mundo. Ou seja, esses países ficam cada vez mais parecidos com algumas nações do 3º mundo. Já no 3º mundo estas mudanças afetam ainda mais a realidade nacional. Um exemplo é o Brasil, que há muito sofre com a exclusão social e o desemprego estrutural. E quando são aplicadas estas novas técnicas de forma “abrasileiradas” a classe trabalhadora vê suas condições de vida tornarem-se mais degradantes do que já eram. Neste contexto, pretendemos com a pesquisa verificar as consequências destas mudanças para a classe trabalhadora das empresas escolhidas.

**PALAVRAS CHAVE:** Taylorismo; Fordismo; Precarização; Trabalho; Trabalhadores.

Desde de os economistas clássicos já se pensava em como aproveitar melhor o trabalho do operariado. Mas, entretanto, é no final do século 19 que este pensamento é aprimorado na figura de Frederick Winslow Taylor, com o conceito de gerência científica. Para chegar a tal conceito, Taylor observava o ritmo de trabalho de seus companheiros de emprego, na fábrica Mdvale Stell Works. E chegou a conclusão, que seus companheiros usam de “vadiagem”, “faziam cera” (marcavam-passo) “com deliberado propósito de manter ignorantes seus empregadores de como o trabalho pode ser feito rápido [...] e estudam os quantos podem trabalhar devagar e ainda convencer

---

<sup>1</sup> Este trabalho é tema de meu trabalho de conclusão de curso, foi enviada para FAPESP, estando em análise.

<sup>2</sup> 4º ano de Ciências Sociais, orientador Francisco Luiz Corsi, Faculdade de Filosofia e ciências – Unesp, Cep 17525-900, Marília, São Paulo – Brasil.

seu empregador de que esta indo num bom ritmo.” (TAYLOR apud BRAVERMAN, 1987, p. 92).

Neste sentido é que se encaixa a gerência científica, com o intuito de controlar o trabalhador para que ele produza uma quantidade ideal, que ofereça mais lucro ao empregador, trabalhando num ritmo máximo que seu corpo possa agüentar. Ademais, “Todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto [...]” (TAYLOR apud BRAVERMAN, 1987, p. 103). Ficando o operário encarregado apenas de executar o serviço.

As propostas de Taylor eram autoritárias, e eram implantadas muito mais pela coerção de que pelo convencimento dos trabalhadores. É somente quando os salários começam a ser transformados em atrativos para os operários que o taylorismo recebe uma maior aceitação por parte destes e dos sindicatos.

Isto acontece com o aprimoramento da gerência científica feita por Henry Ford. Com ela a organização fordista transcende o chão da fábrica, constituindo um modo de vida marcado pela racionalidade através da capacidade de comando do capital, da imposição de sua disciplina sobre o trabalho e sobre os trabalhadores.

O fordismo combina o uso da tecnologia – linha de montagem – com a gerência racional do trabalho. E tem como preceitos fundamentais a separação de concepção e execução, de forma que qualquer iniciativa do trabalhador é desconsiderada, e este deve ater-se somente ao trabalho manual, ficando o trabalho intelectual a cargo de outra pessoa.

O fordismo enquanto novo padrão de gestão do trabalho e da sociedade (ou Estado) – sintetiza as novas condições históricas, constituídas pelas mudanças tecnológicas, pelo novo modelo de industrialização caracterizado pela produção em massa, pelo consumo de massa (o que coloca a necessidade de um novo padrão de renda para garantir a ampliação do mercado), pela integração e inclusão dos trabalhadores. (DRUCK, 1999, p. 49).

Foi no pós-segunda guerra que os capitalistas intensificaram as práticas fordista, e, devido às lutas sociais, e também para fazer frente aos socialistas, que rearticularam estas práticas com a política de pleno emprego e proteção social do

Estado<sup>3</sup>. Assim, o Welfare State surge como resposta aos movimentos sociais e a ameaça de contaminação dos trabalhadores pelo socialismo. (DRUCK, 1999, p. 50).

Esta política vai bem até meados de 1970 (período em que começou a se esgotar, e ficar evidente a sua incapacidade de conter as contradições inerentes ao capitalismo). “Na superfície essas dificuldades podem ser melhor apreendidas pela palavra rigidez.” (HARVEY, 1999, p. 35). Que estava dada no padrão de acumulação vigente, nos investimentos no sistema de produção em massa, nos mercados de consumo e de trabalho e no Estado de bem-estar social, que exigia uma forte arrecadação para garantir a política social (DRUCK, 1999, p. 71). A gestão do tayloristafordista, impunha um trabalho parcelizado, repetitivo fragmentado, rotinizado, e havia desqualificado e mesmo destruído o saber daqueles trabalhadores de ofício, que tinham um determinado controle e autonomia no seu trabalho. (DRUCK, 1999, p. 68). Isto começa a gerar revolta na nova geração de trabalhadores fordistas, que já não mais aceitavam estas condições de trabalho, onde o operário era visto como parte da máquina que ele operava.

Por este motivo 1968 foi marcado por várias greves e manifestações em todos mundo, por aqueles que recusavam o sistema econômico e sociopolítico vigente.

A crise fordista era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, que exprimia uma crise estrutural do capital. Acerca disto, o keynesianismo – modelo político que tinha como princípio que o Estado deveria intervir na economia, que vigorava nos anos 70 – estava esgotado, ficando inviável sustentar os gastos com Welfare-State. Junto a este problema os EUA enfrentavam uma queda de rentabilidade acarretada, por uma inflação ocasionada pelo aumento de custos com capital fixo, por uma desaceleração da produção (produção que estava excedente, gerando uma crise de superprodução). Além disso, o dólar passou por uma desvalorização com a quebra do tratado firmado em Bretton Woods<sup>4</sup>. Ademais, o Japão e a Alemanha desenvolveram sua indústria, conseguindo assim, abocanharem uma fatia do mercado antes pertencente aos EUA. E o estopim desta crise toda acontece quando eclode a crise do petróleo de 1973.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Esta rearticulação esta intrinsecamente ligada ao keynesianismo, modelo político que vigorava na época, que tinha como princípio que o Estado deveria intervir na economia.

<sup>4</sup> O dólar deixa de ser padrão de referência para outras moedas.

<sup>5</sup> Somados todos estes fatores poe-se em cheque a hegemonia norte americana.

Como resposta a crise, a ideologia neoliberal ganha força e procura a sua maneira reorganizar o capital, privatizando, desregulamentando os direitos trabalhistas, flexibilizando, promovendo uma reestruturação produtiva. ‘O projeto neoliberal dá nova direção e consegue articular os países do centro redefinindo as suas relações com os países periféricos. Através das principais instituições financeiras internacionais – FMI e Banco Mundial [...]’ (DRUCK, 1999, p. 27).

Os neoliberais conseguem êxito para implementação de seu programa, em virtude, da crise pela qual passavam os países socialistas e pela retração da classe operária – devido ao ataque do Estado e do desemprego estrutural. Assim, as grandes empresas sob a égide do neoliberalismo intensificam o processo de reestruturação produtiva que esta em curso no Brasil e no Mundo, num contexto de crescente globalização da economia e da sociedade em geral, ocorrendo através de um movimento do capital, e principalmente por um avanço tecnológico. (DRUCK, 1999, p. 10).

Acerca disto, inicia-se um processo de flexibilização do trabalho, dos produtos e padrões de consumo. E com isso, os modelos rígidos (taylorismo/fordismo) vão se mesclando ou em alguns casos até sendo substituídos por novos padrões, tentativas que vão de acordo com a nova lógica do mercado como a 3ª Itália, a experiência Sueca, e o modelo japonês (que se destacou em relação ao primeiros).

Toyotismo ou onhonismo (de Onho, engenheiro que criou o modelo na Toyota) como é chamado, caracteriza-se pela flexibilidade e pela inovação em aproveitar da subjetividade do trabalhador para ajudar na produção. ‘O toyotismo apropria-se intensamente da dimensão intelectual do trabalho que emerge do chão da fábrica que o fordismo desprezava.’ (ANTUNES, 1999, p. 206).

Difere-se do fordismo também, por abolir as cadeias de montagem, integrando os processos individuais – habitualmente separados entre si. Aproveita da capacidade dos indivíduos pela flexibilização do seu trabalho. O operário controla o seu ritmo de trabalho independente dos ciclos impostos pelas máquinas. As principais inovações em matéria de organização do trabalho são as seguintes: as distâncias e as escalas hierárquicas são reduzidas (pelas regras e níveis salariais); a gestão da qualidade total, que permite aos trabalhadores opinarem em seu trabalho; a organização coletiva e a polivalência (o trabalhador deve ser capaz de executar várias funções imediatamente de improviso); a flexibilidade, não mais assegurada pelos estoques de

matérias-primas ou de produtos acabados, mas pelos próprios funcionários (o tempo exato), princípio do just-in-time. Uma gestão do trabalho feita pelo estresse.

Em contrapartida, estas técnicas não favorecem a classe operária, pelo contrário precarizam ainda mais o trabalho, por adotarem práticas como: a subcontratação e a terceirização, que atingem e impulsionam as transformações do ‘mundo do trabalho’.

Segundo Harvey neste contexto passam a existir os trabalhadores centrais, que são empregados em tempo integral, que tem uma maior segurança e estabilidade; e a periferia, que se divide em duas categorias: a primeira formada por trabalhadores integrais com habilidades facilmente encontradas no mercado, por exemplo, funções rotineiras. E a segunda constituída por trabalhadores flexíveis (parciais, temporários e terceirizados).<sup>6</sup> “A atual tendência do mercado é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins.” (HARVEY, 1992, p. 144).

Neste processo os trabalhadores são prejudicados, já que perdem a maior parte de seus direitos trabalhistas, ademais, se fragmentam, com as novas categorias que surgem na fábrica, sendo obrigados a se submeterem à nova lógica do capital, constituindo, o que Alves denomina como sendo o novo (e precário) mundo do trabalho. Além disso, os sindicatos que os representam perdem a força, não apenas por aspectos sócio institucionais, com o declínio de representação sindical, mas notadamente em seus aspectos político-ideológicos (surgimento de estratégias neocorporativas, de colaboração com o capital. (ALVES, 2000, p. 83). Um sindicalismo de negociação, que muitas vezes se submete as exigências feitas pelas empresas fazendo contrapropostas, que na maioria das vezes são desrespeitada pelas empresas.

No Brasil as conseqüências destas práticas são mais avassaladoras, pois o país vive num contexto de exclusão social; atraso na construção de uma cultura política com fortes representações sindicais e de organização partidária; têm sua soberania limitada pela dependência e subordinação econômica as nações centrais. Além de conviver com desemprego estrutural crônico, tanto nas áreas rurais quanto urbanas. (DRUCK, 1999, p. 59).

---

<sup>6</sup> Existem controvérsias quanto esta estabilidade defendida por Harvey. Para outros autores como Antunes, os trabalhadores centrais sofrem com os mesmos problemas dos periféricos, pois também estão inseridos no processo de precarização do trabalho.

O Taylorismo, por exemplo, anunciava seus primeiros sinais no Brasil em 1920, e, depois da crise e da Revolução de 30 ele é apresentado como uma forma de ‘racionalização do trabalho’ e tem sua expressão máxima em 1931 com a formação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Posteriormente surgem o Senai e o Sesi com carter de educar o trabalhador e disciplinar os homens na sua vida produtiva, no trabalho e fora dele. Entretanto, várias formas de resistência a estas técnicas foram aplicadas, como greves, baixa produtividade, absteísmo etc. Podemos afirmar que foi com o modelo de substituição de importação que o taylorismo se consolida no Brasil. (DRUCK, 1999, p. 10).

A tentativa de mudança do taylorismo para o fordismo no Brasil aconteceu no governo Kubtschek, com a implantação da indústria automobilística. Contudo, a classe trabalhadora e os sindicatos eram contrários ao modelo. Foi com o golpe de 1964 que o fordismo se consolidou no Brasil, principalmente pelo intermédio da coerção e da força, o que fez conter as lutas sociais opositoras ao projeto. Entretanto, este fordismo sempre foi periférico, com isso, o processo de integração das massas ao mercado consumidor não se concretizou. E o desemprego estrutural nunca deixou de existir, logo, o pleno emprego e o estado e bem-estar social não aconteceram. As diferenças sociais, as relações de forças políticas em cada nação, bem como o nível de desenvolvimento econômico, foi determinante para constituir as formas nacionais de fordismo. Por exemplo, no Japão ele era chamado de ‘fordismo híbrido’, na Alemanha de ‘fordismo flexível’, e fordismo periférico para designar a aplicação deste, nos países considerados semi-inudustrializados, dentre os quais se inclui o Brasil. (DRUCK, 1999, p. 52).

Com a crise destes modelos, e ascensão neoliberal, o governo brasileiro abre a economia do país e começa a aplicar o processo de privatizações, (seguindo a política do Consenso de Whasgton). Com isso, as indústrias nacionais se vêem obrigadas a se adequarem a esta nova lógica, para poderem competir no mercado e evitarem a falência. Em virtude disto, “O governo Cardoso, impulsiona os investimentos produtivos em capital fixo, acelerando-se assim, a automação microeletrônica na produção [...]” (ALVES, 1999, p. 199). O que propiciou a implantação de modelos flexíveis como o toyotismo.

O toyotismo no Brasil agrava ainda mais a situação da classe operária pela aplicação de suas práticas, ‘terceirização ‘a brasileira’ tem si do apenas mais um

expediente para reduzir custos ‘a qualquer preço’ em que ‘especialização, qualidade’ são retóricas vazias, e a degradação do trabalho, do trabalhador, e também do produto, se renovam como meios espúrios de ‘competitividade empresarial’<sup>7</sup>.” (MARTINS; RAMALHO, 1994, p. 200). Este causa a diminuição do operariado fabril (não só nos países periféricos, mas também nos centrais) e paralelamente um incremento significativo de subproletários (parciais, temporários e terceirizados)<sup>8</sup>. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho) mais de 1 bilhão de homens e mulheres estão precarizados, subempregados, ou encontram-se desempregados.

[...] vários tipos precários de ocupação passam a ser identificados, muitas vezes, como forma de incorporação social possível. Acontece, todavia, que estas novas formas de uso e remuneração parecem apontar para uma maior diferenciação no rendimento dos ocupados e para ampliação da pobreza, implicando um processo de exclusão muito mais do que de integração social. (POCHMAN, p. 12).

Devemos ressaltar que esta classe operária não fica como uma mera espectadora desta mudanças tão nefastas que modificam bruta e diretamente sua realidade, ela tenta reagir, entretanto de forma fragmentada, pois os movimentos de resistência surgem em pontos isolados. No ano de 1996, como mostra o estudo de Maria Carmela Buonfiglio, aconteceram várias greves, de várias categorias, em vários países, reivindicando os direitos que estavam-lhe sendo tirados, benefícios conquistados a anos, que agora para baixar custos estão sendo cortados.

Em meio a este triste contexto, pelo qual passa a classe trabalhadora como fica sua consciência de classe? Isto se ainda podemos continuar definindo-a como classe.

Para tentarmos entender sobre esta consciência nos remetemos ao pensamento de Thompson em suas palavras:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, (herdadas ou partilhadas sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, encontra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 10).

<sup>7</sup> Ressaltamos, que o Brasil antes da aplicação do toyotismo já possuía trabalhadores que trabalhavam mas não tinham exatamente um emprego, não possuíam vínculo empregatício, não tinham carteira assinada, eram autônomos, temporários, provisórios etc. (DRUCK, 1999, p. 60) Assim, o toyotismo no Brasil, faz com que este quadro seja ampliado.

<sup>8</sup> É baseado nestas informações que alguns autores como Gorz, Rifkin, Ofee, defendem o fim dos empregos

Já para Antunes, o que existe hoje é uma “classe-que-vive-do-trabalho” que engloba o proletariado industrial e o conjunto dos assalariados que vendem sua força de trabalho e os que estão desempregados. Todavia, será que os trabalhadores se identificam como sendo esta classe-que-vive-do-trabalho? Não estaria o autor lhes atribuindo uma consciência de classe? . Em outros trabalhos como o de Druck constata-se que existe um certo preconceito entre os trabalhadores centrais em relação aos subcontratados. Para outros autores como, Gorz, Alves, o trabalhador perde a identidade de classe e ganha em troca a identidade da empresa à qual trabalham.

Enfim, estas são indagações que ficam ao discutirmos um problema tão vivo em nossa sociedade. Como vemos atualmente a classe trabalhadora continua se degradando, tendo em vista, que a precarização do trabalho continua assombrando todas as nações, as do 1º mundo, que agora sentem um pouco o sofrimento dos países subordinados, e os últimos amargam uma situação muito pior, devido a realidade precária de seus países.

Contrapondo o que alguns autores dizem, não estamos vivendo o fim dos empregos, poderíamos dizer que estamos vivendo o fim dos empregos formais. Com o surgimento destas novas modalidades, terceirização subcontratação. Que não passa de mais uma arma do capital, para aumentar sua rentabilidade, as custas cada vez mais da exploração dos trabalhadores. Que no terceiro mundo se vêem obrigados a se submeterem aos capitalistas, pois concorrem com um batalhão de exército industrial de reserva.

Em suma, termino com uma frase proferida por trabalhadores italianos durante uma greve em 1996, “Resistindo, existimos”. Só cumprindo a frase destes trabalhadores é poderemos reverter este quadro

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

DRUCK, Maria Graça da. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MARTINS, H. S. de; RAMALHO, J. R. (Org.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1994.

POCHMAN, Emprego sob fogo cruzado.

TOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

---

ARTIGO RECEBIDO EM 2002.